



## **CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO AMAZONAS, WILSON LIMA**

Neste dia 17 de outubro, data especial em que se comemora 35 anos de uma história marcada pela luta e defesa dos direitos, deveres e prerrogativas dos Servidores da Administração Tributária, e concomitante a outorga da Lei nº 222 de 2014 que implantou o Dia do Servidor Fazendário do Amazonas, o Sindicato dos Fazendários do Amazonas (SIFAM) sente-se compelido a abordar uma questão de extrema urgência por meio desta carta aberta direcionada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Wilson Lima.

O motivo central deste pedido diz respeito à situação crítica da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz-AM), que enfrenta dificuldades substanciais devido ao déficit de pessoal e à consequente redução na arrecadação tributária. A gravidade dessa situação institucional requer uma ação imediata para garantir a qualidade, eficiência e a continuidade dos serviços nessa Secretaria, bem como o cumprimento das obrigações do Estado para com a população.

O SIFAM destaca a relevância da nomeação dos servidores aprovados no concurso público de 2022 e as razões que tornam essa medida essencial para a administração tributária.

Em princípio, a Constituição da República de 1988 (CF/88), em seu artigo 37, XVIII, reconhece a precedência e a importância das carreiras tributárias para o estado democrático de direito. Os servidores do Fisco estadual desempenham um papel crucial na captação de recursos públicos, na promoção da justiça fiscal e equidade social, fiscalizando o cumprimento da legislação, constituindo o crédito tributário, controlando a arrecadação, gerindo os gastos e promovendo a cobrança dos tributos, além de tomar decisões de suma importância acerca dos processos administrativo-fiscais. Tudo isso é essencial para viabilizar as políticas públicas, como o investimento nos programas sociais e de assistência, na saúde, na segurança, no desporto e no lazer.

Ao longo dos últimos anos a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA já evidenciou uma escassez crítica de pessoal no órgão, que possui apenas 407 servidores ativos, em contraste com os 1.820 cargos disponíveis na lei. Acrescenta-se a isso o fato que desse efetivo, 24 servidores terão direito à aposentadoria até dezembro de 2026, bem como cinco dos 407 já estão com processo de aposentadoria em análise e, por fim, 11 completarão a compulsória até essa data.

Sendo assim, no fim de 2026 a falta de servidores estará mais preocupante ainda. Por outro lado, o certame visou a contratação de 210 novos servidores imediatos, porém a

legislação permite o preenchimento de até 390 cargos das classes iniciais, refletindo a necessidade urgente de concursados devido à ausência de nomeações desde 2005. Além disso, cerca de 34% dos servidores ativos recebem abono de permanência, ou seja, já adquiriram o direito à aposentadoria, podendo deixar os seus cargos a qualquer momento, o que aumenta a incerteza da manutenção nos níveis de arrecadação fiscal e a qualidade do serviço público. Cabe salientar, também, o aumento acentuado nos cargos comissionados, que cresceram 165,71% entre 2014 e 2023, ao mesmo tempo em que o número de servidores estatutários diminuiu 40,94%, o que revela a gravidade da situação.

Além disso, a nomeação dos 210 aprovados de todos os cargos da Secretaria da Fazenda representa um investimento irrisório aos cofres do Estado, correspondendo a apenas 0,22% da Receita Corrente Líquida (RCL), um impacto ínfimo se comparado aos benefícios substanciais, diga-se aumento expressivo da arrecadação, que esses futuros servidores trarão ao Amazonas.

Em ato contínuo, quando se fala de outras regiões que fizeram concursos públicos para a área fiscal, como Rio Grande do Sul, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Maranhão e Pará, percebe-se que os seus governantes enfatizam que a Secretaria da Fazenda desempenha um papel crucial na arrecadação de receitas, fiscalização de empresas e controle das despesas, permitindo a sustentação de políticas públicas e o equilíbrio das finanças. A nomeação de servidores é vista como vital para reforçar as equipes de fiscalização e inteligência fiscal, garantindo o cumprimento de metas econômicas e a manutenção de políticas públicas de qualidade. Essa ação é uma resposta para a falta de concursos públicos e uma medida para enfrentar os desafios econômicos e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Por fim, Excelentíssimo Governador, tenha como certeza que a nomeação dos servidores da administração tributária vai fortalecer o Fisco e sua missão de garantir recursos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A nomeação não só aprimora a eficiência administrativa, mas também impulsiona iniciativas para o bem-estar dos cidadãos, fortalecendo a capacidade do Amazonas de fornecer recursos essenciais e promover o progresso. Os investimentos aumentados com ajuda dos novos integrantes das carreiras da Administração Tributária proporcionarão, com bastante certeza, recursos adicionais para investimentos nas políticas públicas do governo. É um reflexo do compromisso contínuo da Secretaria da Fazenda com a justiça fiscal, equidade tributária e o desenvolvimento econômico e social do estado.

Por fim, não poderíamos pedir ao Senhor Governador algo mais significativo para o Estado do Amazonas nesta data de 17 de outubro que a **NOMEAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA AMAZONENSE QUE FORAM APROVADOS NO CONCURSO DA SEFAZ-AM.**

Manaus, 17 de outubro de 2023.

*Emerson Oliveira de Queirós*

**Presidente do Sindicato dos Fazendários do Amazonas**